



**MANTENHAM
OS VETOS**

**VETOS AO PL DO ATO
MÉDICO MANTIDOS,
MAS TEMA CONTINUA
NA PAUTA**

Página 8



**OUI
DORIA**

0800 642 0110

Novo canal de comunicação
com a **categoria** e com a
sociedade em geral

Dúvidas | Informações | Sugestões
Reclamações | Elogios

OUVIDORIA

A ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi inaugurada, em 2011, para facilitar a comunicação entre os profissionais, os cidadãos em geral e o Conselho, por meio do encaminhamento de críticas, sugestões, dúvidas e elogios. O canal permite que o cidadão e as(os) psicólogas(os) participem do controle dos serviços prestados.

Desde sua criação, a ouvidoria do CFP registra aumento no número de demandas recebidas. Em 2011, foram em torno de 900 atendimentos; em 2012, o número aumentou para 1150; e, em 2013, já foram realizados 750 atendimentos.

O perfil das demandas é bem diverso, desde questões de orientação da prática profissional até reivindicações da categoria. Temas como piso salarial, valor da anuidade, denúncias contra a conduta de psicólogas(os), ato médico, Psicologia no ensino médio, entre outros, já foram objetos de resposta da ouvidoria do CFP.

VEJA COMO ENTRAR EM CONTATO:

- > por telefone, gratuitamente e de qualquer parte do país pelo 0800 642 0110;
- > por email (ouvidoria@cfp.org.br);
- > pessoalmente, na sede do CFP, em Brasília-DF (Setor de Autarquias Federais Sul, Quadra 2, Bloco B, sala 104, CEP 70.070- 600);
- > por carta, para o endereço do CFP;
- > por fax (61 21090150).

EXPEDIENTE

XV Plenário
Gestão 2011-2013

DIRETORIA
Aluizio Lopes de Brito
Presidente

Humberto Cota Verona
Presidente licenciado

Monalisa Nascimento dos Santos
Barros – *Tesoureira*

Deise Maria do Nascimento
Secretária

CONSELHEIROS EFETIVOS
Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A.
Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste

Clara Goldman Ribemboim
Secretária Região Nordeste

CONSELHEIROS SUPLENTEs
Celso Francisco Tondin
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS
Angela Maria Pires Caniato
Márcia Mansur Saadallah

CONSELHEIRA RESPONSÁVEL PELO
JORNAL
Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA-GERAL
Yvone Magalhães Duarte

COORDENADORA
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Fernanda de Araújo Mendes

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Priscila D. Carvalho (MTB 35388)

REPORTAGEM
Carolina Menkes
Flávia Medeiros
Livia Davanzo

APOIO TÉCNICO
Marcos Nobre
Pablo Emílio de Mattos

PROJETO GRÁFICO
Guilherme Werner
Liberdade de Expressão

“Que nossa esperança seja sempre um caminho que se deixa de herança”

Este número do jornal é marcado por dois acontecimentos especiais: a sua publicação de forma eletrônica e o encerramento da Gestão Cuidar da Profissão. A partir do dia 20 de dezembro o CFP terá uma nova direção. Nesta edição, trazemos os detalhes das eleições 2013, que foi marcada por inovações, como, por exemplo, o voto pela internet.

A decisão pelo jornal eletrônico é uma tentativa, ainda experimental, de obtenção de uma comunicação mais ágil, fácil e direta com a categoria. O formato online permite maior interatividade com as (os) leitoras (es), possibilitando hipertextos, ampliando, dessa forma, as informações sobre o assunto.

Buscamos por meio desse número prestar contas das ações realizadas nos últimos anos e registrar nossas preocupações com o futuro. Uma delas é o Projeto de Lei nº 4364/2012 do Poder Executivo, que altera artigos da lei 5.766/71, que visa democratizar decisões no Sistema Conselhos, institucionalizando instâncias como o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). Esses instrumentos possibilitam debates para definir de forma mais democrática os rumos da profissão.

É impossível negar que hoje a Psicologia ocupa outro lugar no cenário nacional. Nossas (os) 240.473 mil psicólogas e psicólogos estão

trabalhando nas mais diversas áreas de atuação de nosso país. Uma profissão cada vez mais comprometida com a saúde integral, com as políticas públicas e com a qualificação e formação profissionais. Nesse sentido, vale destacar o aumento expressivo da inserção da Psicologia em espaços de construção de políticas públicas.

No último ano, conquistas como a não aprovação do PL conhecido como Ato Médico e a manutenção da Resolução CFP nº 001/1999 sobre a homossexualidade são exemplos claros de tais avanços. Avanços que necessitam continuar.

Áreas de inserção da categoria demandam constantes reflexões para rever métodos de atuação, mas também para acolher novas abordagens para a prática profissional. Neste número, convidamos todas e todos a pensar sobre o trabalho com os povos indígenas, bem como sobre um problema que hoje é considerado de saúde pública: o suicídio.

Foram anos de muito trabalho, muitas conquistas para a nossa Psicologia e para os serviços oferecidos à sociedade.

Fica nosso agradecimento à categoria, aos Conselhos Regionais, às parceiras e aos parceiros de lutas e às funcionárias e aos funcionários do CFP.

E como diz o poeta: que nossa esperança seja sempre um caminho que se deixa de herança.

Boa leitura!

5	Categoria elege gestões 2014-2016 para o Federal e para os Regionais	20	Crianças, Adolescentes e o Compromisso Social da Psicologia
7	PL institucionaliza eleições diretas e instâncias de decisão do Sistema Conselhos	22	Categoria envolvida na regulamentação do exercício profissional
8	Vetos ao PL do Ato Médico mantidos, mas tema continua na pauta	24	A evolução na participação social
11	Pressão popular garante arquivamento do PDC nº 234/11	26	Psicologia da América Latina reúne-se no V Congresso da Ulapsi
12	Mais acolhimento, menos estigma	27	Gestão 2013-2015 apresenta objetivos para os próximos dois anos
14	Avaliação psicológica: comissão solidifica representatividade na área	28	Processos éticos
15	Suicídio: questão de saúde pública	31	Agenda
17	Psicologia reflete sobre trabalho com povos indígenas		



Ato Médico - Manifestantes defendem a autonomia dos profissionais da saúde



Categoria elege gestões 2014-2016 para o Federal e para os Regionais

Comissões eleitorais avaliam pleito marcado pela inovação no uso da internet para votação

Nos dias 26 e 27 de agosto de 2013, psicólogas e psicólogos votaram para escolher as novas gestões do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Ao todo, 84.643 profissionais ajudaram a eleger os novos gestores, em uma votação marcada pela inovação: o voto pela internet.

A decisão de implementar o voto online foi tomada pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2011. Nesta primeira experiência de voto via internet, decidiu-se pela modalidade mista de votação, por correspondência e online, assim, foi possível realizar a mudança de forma gradativa.

A realização do pleito foi acompanhada pelas Comissões Eleitorais Regular (CER) e Especial (CEE). Ao longo do processo, vários desafios foram superados e a avaliação final é de que a modalidade eletrônica proporciona comodidade aos profissionais e segurança e rapidez à apuração. “Foi um pleito marcado pela inovação”, afirma Nanci Soares de Carvalho, psicóloga, presidenta da Comissão Eleitoral Especial.

Para a conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e presi-

denta da Comissão Eleitoral Regular, Deise Nascimento, o processo eleitoral traduz um esforço coletivo iniciado a partir da decisão da Apaf, de implantar o sistema de eleições de votos informatizados online e que se colocou como um desafio a ser superado, de como fazer uso adequado da tecnologia para produzir participação e ampliação da cidadania.

Outra novidade foi a estrutura montada para auxiliar a categoria durante todo o processo eleitoral. As dúvidas das psicólogas(os) podiam ser sanadas pelo telefone 0800, pelo chat no site das eleições, além de interação pelo Facebook. Foram 250 atendimentos por hora no suporte telefônico e via chat nos dias de votação. A ouvidoria do CFP está preparando uma síntese dos atendimentos para avaliar facilidades e dificuldades do modelo.

➤ **Apuração em tempo real:** A totalização dos votos por internet foi transmitida ao vivo, pelo site do CFP, no dia 27 de agosto. A atualização do site foi feita conforme apurações dos votos enviados por correspondência. A página das eleições contou com um gráfico para acompanhamento da contagem de

votos de todos os estados mediante os resultados das chapas regionais. Ao final, foi publicado o número total de eleitores que realizaram votações pela internet e via correio.

As Comissões Eleitorais do Sistema Conselhos de Psicologia divulgaram, no dia 5 de setembro, o resultado final dos votos da consulta pública nacional para a gestão 2014-2016 do CFP.

A votação foi realizada em todo o território nacional. Pela internet, foram contabilizados 66.003 votos, realizados por meio de computadores pessoais e em postos de votação instalados nas zonas eleitorais em cidades situadas a um raio de 50 km da sede, 50 km das subsedes e

ELEIÇÕES EM NÚMEROS

- ▶ Total de psicólogos habilitados para votar por internet: 146.730
- ▶ Total de psicólogos habilitados para votar por correspondência: 36.518
- ▶ 70 postos de votação
- ▶ 38 chapas concorreram aos regionais e 3 chapas para o Federal
- ▶ Total de votantes por internet: 66.119
- ▶ Total de votantes por correspondência: 18.524

TOTAL DE VOTANTES: 84.643 (46,1%)

50 km das seções. Localidades que estavam fora dessas dimensões votaram por correspondência, somando 18.490 votos.

A chapa vencedora no Federal foi a “Fortalecer a Profissão” (número 22), com 27.875 votos. A chapa “Cuidar da Profissão” (número 23) recebeu 25.036 votos e a chapa “Renovação: Compromisso com a profissão” (número 21) obteve 19.558 votos. No total, 12.024

psicólogas(os) votaram em branco (3.953) ou nulo (8.071).

> Cadastro: atualização continua:

Em paralelo ao processo eleitoral, houve a atualização do cadastro de 75 mil profissionais. Dados atualizados permitiram o envio das correspondências para votação presencial e a geração de senhas para a internet. E o esforço continua: “É importante que pessoas continuem atualizando

os dados porque é a melhor maneira para participar não só das eleições, mas também para obter outros documentos relacionados aos Conselhos, como as publicações, informações sobre eventos e acompanhar o que acontece na profissão”, frisa Deise.

Há, no Brasil, 238 mil profissionais registrados. Os que estavam em dia com o pagamento dos Conselhos – e, portanto, estavam aptos a votar – são 181,2 mil. E 46,6% efetivamente foram às urnas.

Resultado Final Consulta Nacional Conselho Federal de Psicologia

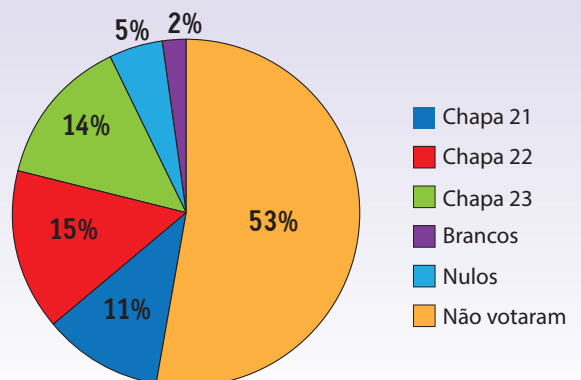
Total de Psicólogos inscritos no Brasil: 238.533

Total de Psicólogos aptos a votar no Brasil: 181.313

Internet	
Chapa 21	14.677
Chapa 22	20.398
Chapa 23	19.582
Branco	3.576
Nulos	7.770
Total votos	66.003

Correspondência	
Chapa 21	4.881
Chapa 22	7.477
Chapa 23	5.454
Branco	377
Nulos	301
Total votos	18.490

Resultado Final	
Chapa 21	19.558
Chapa 22	27.875
Chapa 23	25.036
Branco	3.953
Nulos	8.071
Total Geral Votos	84.493
Não votaram	96.820



PL institucionaliza eleições diretas e instâncias de decisão do Sistema Conselhos

Tramita na Câmara projeto para atualização da Lei nº 5766, que criou CFP e CRPs em 1971

Está em análise na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 4364/2012 do Poder Executivo, que visa democratizar decisões no Sistema Conselhos de Psicologia. A proposta altera dispositivos da Lei nº 5.766/71, que cria o Conselho Federal (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), buscando formalizar os dispositivos construídos pela categoria desde o primeiro Congresso Nacional da Psicologia (CNP), em 1994.

A institucionalização de processos democráticos inclui integrar o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) como instância do Sistema Conselhos e trazer a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) para dentro da lei. Atualmente, eles são realizados com base em decisões internas da categoria.

Outra alteração determina a escolha dos integrantes do Conselho Federal, por meio de uma consulta nacional que, atualmente, só é formalmente instituída para os Conselhos Regionais.

Pela legislação em vigor, a escolha do plenário do CFP é feita pela Assembleia dos Delegados Regionais. Na prática, o Sistema Conselhos tem garantido a participação direta da categoria, por meio de consulta nacional, posteriormente submetida à homologação da Assembleia dos Delegados. Foi o caso das eleições que ocorreram em agosto deste ano.

A partir do debate público, também surgiu a ideia da retirada da penalidade de multa nos processos ético-disciplinares e do aumento de conselheiros efetivos do CFP de 9 para 11. O aumento, segundo o PL que tramita no Congresso, é necessário pelo fato de o número atual já não su-

prir as necessidades da organização. Caso a proposta seja transformada em lei, serão 11 membros efetivos e a mesma quantidade de suplentes.

Para o presidente do CFP, Aluizio Brito, as alterações são extremamente necessárias. “A lei não corresponde mais aos avanços nos processos de decisão que já fazem parte do Sistema Conselhos e este PL reflete as conquistas que a profissão obteve em relação à democracia e à participação social”, disse.

➤ **Construção:** A proposta é resultado de ampla discussão que envolveu toda a categoria, por meio dos seminários “Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia – Mudança da Lei nº 5.766”, promovidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia entre os meses de outubro de 2008 a maio de 2009, em vários estados do Brasil. Na época, foi publicada e distribuída cartilha com textos que serviriam de subsídio para os debates.

A luta pela aprovação do PL busca, portanto, acompanhar os avanços obtidos pela profissão. A Lei nº 5.766 foi promulgada em 20 de dezembro de 1971, no período do regime militar, época em que as instituições tinham caráter centralizador na instância federal e pouca participação das bases.

A mudança para uma perspectiva mais democrática para os Conselhos de Psicologia começou a ser pensada em 1994, durante o “Processo Constituinte: Repensando a Psicologia”, quando foi instituído o primeiro CNP, como instância máxima que discute e delibera as políticas prioritárias para o triênio subsequente.

Além disso, foi criada, durante o II CNP, em 1996, a Apaf, que se reúne duas vezes ao ano e operacionaliza o que foi decidido no Congresso.

➤ **Tramitação:** A proposta do PL nº 4364 – que tramita em regime de prioridade e em caráter conclusivo – encontra-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados desde setembro de 2012. Em maio deste ano, o parecer foi apresentado pelo relator, o médico e deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), e no início de junho foi devolvido para reexame dos deputados.

O projeto será avaliado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Senado Federal para revisão. Se não sofrer alteração vai à sanção da presidenta da República e, havendo alteração, retorna à Câmara para debate e aprovação das modificações.

PL propõe eleições diretas para todos os conselhos profissionais

No momento, há outro PL (nº 5680/13) na Câmara, que dispõe sobre a escolha dos membros dos conselhos federais e regionais responsáveis pela fiscalização do exercício profissional. De autoria do deputado Glauber Braga (PSB/RJ), ele institui eleições diretas a todos os conselhos. Caso seja aprovado, uma das principais demandas do PL nº 4364/12 pode ser atendida.

Em matéria do site do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o deputado se manifestou com a lembrança de que a lei de criação dos Conselhos, que prevê a via indireta de escolha, foi editada no período ditatorial. “Não se coaduna com a redemocratização das instituições nacionais ocorridas nas últimas décadas”, afirmou.

Vetos ao PL do Ato Médico mantidos, mas tema continua na pauta

Nova lei preserva a autonomia dos profissionais da saúde; governo apresentou proposta complementar que novamente trata de regulamentar a medicina



Profissionais da saúde manifestaram-se dentro e fora do Congresso Nacional pelo direito de exercer suas atividades

Nem o spray de pimenta foi capaz de silenciar as palavras de ordem dos mais de três mil profissionais da saúde que se manifestavam dentro e fora do Congresso Nacional pelo direito de exercer suas atividades. O dia 20 de agosto de 2013 vai ficar na memória, marcado pela vitória das 13 profissões da saúde com a manutenção,

pelos parlamentares, dos vetos presidenciais à Lei 12.482/2013, que regula a profissão da medicina, conhecida como Ato Médico.

Durante todo o dia, manifestantes de diferentes categorias lotaram os corredores e o Salão Verde da Câmara dos Deputados. À noite, durante a votação, parte do público tomou a galeria da Casa, interagindo

do constantemente com as falas dos deputados, cantando, vaiando, aplaudindo ou gesticulando. Um grupo chegou a ocupar o plenário Ulysses Guimarães. Do lado de fora, eles gritavam as palavras de ordem “Sim à saúde, não ao Ato Médico”, lema das campanhas.

Um dos trechos mais polêmicos do projeto que havia sido aprovado pelo

Congresso e foi depois suprimido pela presidente Dilma Rousseff, em 10 de julho, definia ser privativa dos médicos a formulação do diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica. A derrubada dos vetos poderia afetar milhões de postos de trabalho em serviços públicos e privados que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A maioria de votos de deputados e senadores pela manutenção dos vetos, na madrugada do dia 21, garantiu a autonomia das(os) psicólogas(os), que podem continuar a diagnosticar transtornos mentais e prescrever tratamentos adequados. Ao acatar os vetos, os parlamentares ouviram os clamores das profissões da área da saúde: Enfermagem, Nutrição, Óptica e Optometria, Biomedicina, Biologia, Educação Física, Farmácia, Naturologia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

➤ **A manutenção dos vetos:** Durante a votação, as falas dos deputados foram inflamadas. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) defendeu os vetos e citou a necessidade de trabalho solidário e integrado para que se alcance a universalização do sistema de saúde. “Não podemos retroceder da visão integrada de saúde com as 14 profissões da área de saúde de nosso País”, disse. Já o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi autor de um dos discursos mais intensos em defesa da liderança e hierarquia da Medicina nos processos de cuidado em saúde, ao defender a derrubada dos vetos.

Apesar da polarização, o público presente parecia concordar

com as falas que trataram da necessidade de qualificar os serviços e de ampliar os recursos para a saúde no País.

➤ **Momentos antes:** Na tarde de terça-feira (20), parlamentares sensíveis aos apelos dos profissionais da saúde defenderam a proposta e adiantaram suas intenções de voto em um palco montado pelas profissões da saúde, sob a liderança do CFP, no hall de taquigrafia da Câmara dos Deputados. “Estamos com o veto da presidente Dilma Rousseff e vamos votar com ela”, afirmou o deputado João Paulo Lima (PT-PE).

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF) falou sobre a importância das equipes multiprofissionais. “A derrubada dos vetos hierarquiza uma profissão. Temos que reconhecer que diversos profissionais são igual-

mente fundamentais para a saúde do povo brasileiro e do Sistema Único de Saúde, que precisa ser valorizado”, enfatizou.

O deputado Severino Ninho (PSB-PE) utilizou sua fala para defender a qualidade da saúde pública no País. “Sem os vetos, não há como sustentar o SUS. Não se pode tolher as profissões de exercerem suas atividades. Isso oneraria ainda mais a saúde pública brasileira” disse.

As mobilizações contaram com a participação de milhares de profissionais e estudantes, além de representantes de sindicatos e de conselhos federais e regionais das profissões da área da saúde. Também estavam presentes membros do Conselho Nacional de Saúde e de fóruns profissionais: Frente dos Conselhos das Profissões da Área da Saúde (Fcpas), Fórum das Entidades



Conselheiro do CFP, Celso Tondin, que esteve à frente das mobilizações

Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) e entidades nacionais da Psicologia participantes do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb). Destaca-se também o apoio, expresso em nota oficial, da Confederação Nacional dos Municípios.

➤ Vitória do esforço conjunto

das profissões: Para o presidente licenciado do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, trata-se de uma vitória do esforço de mobilização da categoria que, ao lado das diversas profissões de saúde, manteve aceso por 11 anos o debate sobre o tema. “Nos últimos meses, a categoria atuou nas ruas e na internet de forma excepcional, garantindo a exposição do tema na sociedade”, enfatizou.

Já o conselheiro do CFP, Celso Tondin, que esteve à frente das mobilizações, ressaltou que os vetos presidenciais demonstram que nunca houve consenso entre os profissionais da saúde. “O Congresso precisava rever sua posição e manter os vetos. Trata-se de uma forma de garantir a integralidade da atenção à saúde”, defendeu.

A vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), Luziana Maranhão, falou sobre a importância da Lei do Ato Médico para a categoria. “Isso irá garantir o direito de prescrever terapia ocupacional e fisioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). Temos conhecimento e competência para exercer a prática, coisa que os médicos não têm”.

Para o presidente do Conselho Federal de Nutrição (CFN), Éldio

Bonomo, a manutenção dos vetos foi fundamental para garantir a integralidade da atenção à saúde e também a autonomia do exercício profissional e do cidadão para escolher o profissional com quem deseja tratar-se.

Já a vice-presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros

(FNE), Shirley Morales, lembrou que a regulamentação da categoria já garante o atendimento e solicitação de exames, especialmente porque existem municípios que não têm médicos e são os enfermeiros que atuam nas vacinações e campanhas, como a preventiva do câncer de colo de útero.

A luta continua

No mesmo dia em que a Lei do Ato Médico foi aprovada, o governo enviou ao Congresso Nacional um adendo à legislação regulamentando a atividade dos médicos. Trata-se do PL nº 6126/2013, que altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina. Até meados de outubro, a matéria ainda não havia sido apreciada por nenhuma comissão. A apresentação do novo projeto fez parte das articulações que garantiram a aprovação dos vetos no texto que havia sido aprovado pelo Congresso.

O objetivo da emenda é, segundo consta no texto, reestabelecer como atividades dos médicos o diagnóstico de doenças e a prescrição terapêutica. No entanto, o dispositivo resguarda os procedimentos feitos por outros profissionais conforme protocolo do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizado nas redes públicas e privadas de saúde.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, em agosto, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que o intuito da nova proposta é preservar o SUS. Ele também ressaltou que outras profissões não dependem de um diagnóstico prévio do médico para agir e citou outras atividades que não são privativos dos médicos, como a acupuntura e o diagnóstico psicológico de depressão leve, sem uso de medicamentos.

O texto, da forma que foi apresentado, ainda desagrade aos demais profissionais que atuam na saúde. Para a coordenadora nacional da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde, Ivone Cabral, é preciso manter o trabalho coletivo das equipes multiprofissionais. “Nós, profissionais da saúde, queremos a autonomia de suas atuações, pelo direito aos diagnósticos e prescrições terapêuticas”, disse, no dia em que foi aprovada a lei do Ato Médico no Congresso Nacional.

Pressão popular garante arquivamento do PDC nº 234/11

Projeto possibilitava tratamento para reversão da homossexualidade. Bancada evangélica promete desarquivar o projeto em 2015

A defesa pela liberdade da orientação sexual foi tema recorrente durante as manifestações que ocorreram em todo Brasil, em junho deste ano. Milhares de pessoas foram às ruas para reivindicar direitos e expor descontentamentos. O Projeto de Decreto Complementar (PDC) nº 234/11 foi um dos itens das pautas que emergiu das ruas – quando ficou conhecido sob o nome de “PL da Cura Gay”. Como consequência das mobilizações, o PL foi arquivado em 2 de julho, pelo deputado João Campos (PSDB-GO), autor da proposta, após ter sido aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e quase ter ido à votação pelo plenário, pois chegou a entrar em Regime de Urgência.

O PDC abria a possibilidade de tratamento psicológico para reversão da homossexualidade, pois visava sustar trechos da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 1/99 – que orienta profissionais a não realizar “qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas” nem adotarem “ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a homossexualidade deixou o rol de doenças mentais desde 17 de maio de 1990.

Para o psicólogo Paulo Ceccarelli, doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o arquivamento do projeto levou em conta os anseios da população. “A sociedade está cada vez mais inteirada de que a homossexualidade é uma vertente como outra qualquer da sexualidade humana, e não uma doença que necessite ser curada”, argumentou.

Entretanto, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara



Manifestações de apoio no combate à homofobia

dos Deputados, adiantou que pretende desarquivar o projeto em 2015, com o apoio da bancada evangélica. “O PDC não foi arquivado, mas retirado, e pode voltar. E voltará na próxima legislatura quando teremos um número maior de deputados evangélicos”, anunciou o parlamentar em seu perfil no Twitter.

O presidente do CFP, Aluísio Brito, afirmou que é preciso manter-se firme em defesa da Resolução nº 1/99, já que os setores conservadores prometem continuar se mobilizando e retomar a votação do projeto. “Assim como eles, não podemos deixar de nos manifestar e afirmar a importância da Resolução para a garantia dos direitos de todos os cidadãos e da liberdade de exercer esse direito”, enfatizou.

Já Ceccarelli acredita que em 2015 os direitos civis estarão mais fortes, tanto no sentido individual quanto no coletivo. “Acho muito difícil que o projeto volte e tenha impactos significativos, mas, se tiver, vamos enfrentar”, considerou.

Defesa da Resolução nº 001/99 é proteção da autonomia legal do CFP

Para o CFP, defender a validade da Resolução nº 001/99 é defender a autonomia legal da autarquia de regulamentar a profissão, por meio de resoluções que, em última instância, são questionadas pelo PDC nº 234/2011.

O parecer redigido pelo CFP sobre o projeto está na página do Conselho: veja aqui.

<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Parecer-PDC-234.pdf>



Mais acolhimento, menos estigma

CFP orienta atuação no processo transexualizador

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou, no dia 3 de setembro, nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Trata-se de iniciativa inédita no Sistema Conselhos de Psicologia, com o objetivo de orientar ética e tecnicamente as(os) psicólogas(os) a respeito do acompanhamento profissional aos processos de mudança de sexo.

O documento passou por consulta pública e recebeu contribuições de psicólogas(os) que atuam na área, dos

Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e de movimentos sociais. Um Grupo de Trabalho formado por profissionais especialistas na área foi responsável pela redação do texto, depois revisado pelo Plenário do CFP. Os Conselhos organizaram também um seminário sobre o tema em São Paulo, no ano de 2012.

A nota técnica ressalta o desafio da Psicologia em garantir à população trans o respeito, a dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde. O acolhimento psicológico integral e humanizado, livre de discriminação



por orientação sexual e identidade de gênero, é parte da promoção da qualidade de vida dos cidadãos – conforme assegura a Carta dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

A orientação dos Conselhos é que a identidade trans seja entendida como uma das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade humana. “O trabalho da(o) psicóloga(o) deve se pautar na integralidade do atendimento psicológico e na humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou centralizado no procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções somáticas”, enfatiza o documento, disponível na página do CFP na internet (<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>).

Na opinião da psicóloga Tatiana Lionço, que pesquisa questões relacionadas aos direitos humanos e sexuais, é necessário preparar profissionais envolvidos no processo para que a avaliação psicodiagnóstica não viole a autonomia do sujeito, ou seja, cumpra papel patologizante. “Para uma avaliação correta, seria preciso avançar na capacitação dos profissionais, especialmente aqueles que atuam nos Centros de Referência”, completa.

➤ **No SUS:** As diretrizes nacionais para a realização da cirurgia para mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foram regulamentadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 457 de 2008. O dispositivo define a unidade hospitalar como responsável por oferecer assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos que optam pelo processo transexualizador, além de considerar que o acompanhamento terapêutico possui as dimensões psíquica, social e médico-biológica, contemplando, portanto, a(o) psicóloga(o) como membro da equipe multidisciplinar.

A psicoterapia é requerida, consistindo no acompanhamento do usuário no processo, antes e após a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização e demais alterações somáticas.

➤ **Rumo à despatologização:** “A transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual”, orienta o CFP.

A despatologização da identidade trans é um procedimento que já consta em documentos internacionais, como o Guia de Boas Práticas para a Atenção Sanitária a Pessoas TRANS, da Espanha. A expectativa é que, em 2015, na revisão da classificação internacional de doenças, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adote esse mesmo conceito em relação ao tema.

VOCÊ SABIA?

Menos de 24 horas. Esse foi o tempo que durou a portaria nº 859/13 do Ministério da Saúde, publicada em 30 de julho e revogada no dia 31 pelo próprio órgão. O dispositivo reduzia de 21 para 18 anos a idade mínima para mudar de sexo no SUS. Em nota, o MS informou que ainda falta estabelecer critério de avaliação dos candidatos, protocolos clínicos e atendimento. A estimativa é que o documento seja republicado.

Antes de serem regulamentadas pelo MS, em 2008, as cirurgias eram realizadas em hospitais universitários praticamente na clandestinidade. Como esse tipo de operação não era custeada pela saúde pública, os médicos acabavam fazendo a troca de sexo, mas informavam ao SUS que haviam operado um homem com câncer de pênis ou testículo, ou uma mulher com câncer de mama ou útero. Isso porque a retirada desses órgãos estava inclusa na tabela do SUS, enquanto aquelas relacionadas à troca de sexo não estavam na lista de cirurgias permitidas.

TRANS

A população transexual não reproduz a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual.

Avaliação psicológica: comissão solidifica representatividade na área

Prática exclusiva de psicólogas(os), a avaliação psicológica, historicamente, contribuiu para a inserção profissional nos diferentes contextos de atuação. Para garantir a qualidade do serviço prestado aos usuários, foi criada, em 2002, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (CCAP), formada por oito membros convidados e 54 pareceristas e com o acompanhamento de uma conselheira Federal.

Em sua composição, foi garantida a presença de um convidado de cada região do país, o que possibilita discussões a partir de realidades diversas. A CCAP, dentre outras funções, analisa e emite pareceres sobre os testes psicológicos encaminhados para avaliação do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

“Essa última gestão foi de muito desafio para a avaliação psicológica em virtude do aumento da demanda das(os) psicólogas(os) das Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) e outras instituições, o que, de alguma forma, marca a representatividade dessa comissão no cenário da avaliação”, disse Ana Paula Porto Noronha, atualmente conselheira do CRP-SP e responsável por acompanhar a CCAP no último plenário do CFP.

O reconhecimento do trabalho prestado pelo grupo veio por meio de menção honrosa entregue aos membros da comissão, no dia 4 de setembro, pela diretoria do CFP. Na

ocasião, foi ressaltada a contribuição para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. O aumento da demanda de trabalho da comissão foi acompanhado por avanços importantes para a área, alguns deles conquistados durante 2011, eleito pelo Sistema Conselhos de Psicologia o Ano da Avaliação Psicológica.

Os debates ao longo do ano construíram referências para a atuação profissional em três eixos: 1. Qualificação; 2. Relações institucionais; 3. Relações com o contexto de formação. Os debates foram realizados em 116 eventos regionais, que reuniram mais de cinco mil psicólogas(os).

Uma das indicações resultantes foi que psicólogas(os), no momento da avaliação psicológica, singularizem o atendimento, priorizando o tempo, a cultura e a história de cada pessoa. Além disso, os debates apontaram para a necessidade de pensar a área em articulação com as políticas públicas de saúde, assistência social, educação, justiça, trânsito, segurança pública e direitos humanos.

De acordo com o presidente do CFP, Aluizio Brito, durante o Ano da Avaliação psicológica, foi possível reunir todas as diferenças, mas também os pontos de convergência e produzir resultados que ajudaram o Sistema Conselhos a avançar nesse tema.

Em 2012, foi publicada a Resolução CFP nº 005/2012, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psi-

cológicos. A norma, que alterou a Resolução CFP nº 002/2003, foi aprovada na Assembleia das Políticas Administrativas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2011 e acrescentou requisitos éticos e de defesa dos direitos humanos, que devem balizar o trabalho da categoria.

Na mesma Apaf foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) que formulou critérios para a análise dos testes sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Tais critérios foram incluídos nos anexos da Resolução nº 002/2003.

Outras propostas apresentadas pelo GT foram a de aproximar a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e a Comissão Nacional de Direitos Humanos, ambas do CFP, para aprofundar a interlocução dos temas.

>Satepsi: O Sistema de Avaliação dos Testes psicológicos (Satepsi) foi criado para facilitar o acesso da comunidade ao conjunto de informações sobre o tema. Desde 2011, o site passa por mudanças que trazem ferramentas mais interativas, modernas e práticas para a emissão de pareceres e relatórios eletrônicos, além de permitir melhor acompanhamento das avaliações e consultas de testes psicológicos mais completas. O lançamento do novo Satepsi aconteceu no dia 08 de novembro durante o Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, na sede do CFP.

Suicídio: questão de saúde pública



Debate on line chama atenção para uma situação que pode ser evitada

Número de casos notificados aumentou mais de 150% no Brasil em 30 anos. CFP prepara publicação.

O suicídio foi, por muitos anos, um assunto velado. Embora ainda seja considerado tabu, o tema passou a estar

mais presente em de jornais e revistas, e preocupa também as categorias de saúde, como a Psicologia. Foi alvo de dois debates realizados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em julho e agosto, que chamaram atenção de milhares de psicólogos(os) em todo Brasil para este grave problema.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 1 milhão de pessoas tiram a própria

vida todos os anos. Em 2011, conforme o DataSUS, 9.852 brasileiros se suicidaram. Considerando que nem todos os casos constam nos obituários, esse número tende a ser ainda maior. O índice, mesmo subestimado, é maior do que as mortes oriundas de afogamentos (5.450) e incêndios (1.051), ficando atrás apenas dos óbitos em decorrência de quedas (10.788), de acordo com dados do DataSUS.

De 1980 a 2011, a porcentagem de pessoas que tiraram a própria vida aumentou 152,9%, de acordo com o Mapa da Violência 2013, produzido pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela). Dados da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS), divulgados em 2011, apontaram que os suicídios foram a terceira causa de morte para os homens com idade entre 20 e 29 anos, no Brasil e nas regiões do país, com exceção da Nordeste. Também representaram a quinta razão de óbito para o sexo feminino na mesma faixa etária no Brasil.

Cabe ao poder público, por meio de setores de saúde, social e outros, investir em recursos humanos e financeiros para a prevenção do suicídio. “Além do governo, as organizações internacionais, as organizações não governamentais e comunidades locais têm parte a desempenhar no combate ao fenômeno e o CFP não foge a essa responsabilidade”, afirmou a conselheira Federal, Monalisa Barros, no primeiro debate.

Os fatores que levam uma pessoa a tirar a própria vida são variados, podendo ser emocionais, religiosos e socioculturais. A psicóloga Blanca Werlang, integrante do Grupo de Trabalho para desenvolver e implantar Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio do Ministério da Saúde, ressaltou a importância do trabalho em rede e da compreensão, por parte dos profissionais, sobre transtornos

psicológicos, brigas nas famílias e perda de emprego. “Sempre há um disparador que vai dar o último ‘empurrão’ para a pessoa cometer o suicídio”, definiu. Este foi o último evento do CFP do qual Blanca participou, pois ela faleceu em novembro. O CRP 07 prestará homenagem à psicóloga no lançamento de publicação sobre suicídio, em Porto Alegre, dia 18 de dezembro. Saiba mais. (<http://site.cfp.org.br/cfp-lanca-o-livro-suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>)

A psicóloga Soraya Carvalho Rigo desmistificou a relação entre depressão e suicídio. Segundo ela, estudos mostram que apenas 15 a 30% dos deprimidos tiram a própria vida. “Depressão é fator de risco e não a causa do suicídio”, frisou Soraya, que fundou e coordena, desde 2007, o Núcleo de Estudo e Prevenção do Suicídio (NEPS), um ambulatório aberto à comunidade, voltado exclusivamente para o acompanhamento psicológico, psiquiátrico e de terapia ocupacional a pacientes com depressão grave e risco de suicídio.

A psicóloga também ressaltou a importância de trabalhar a prevenção em três níveis: paciente, família e equipe de saúde, oferecendo tratamento psicológico e, no caso dos profissionais da área, capacitação para que possam identificar sintomas e fatores que podem levar ao suicídio.

➤ **Sobreviventes:** O luto dos sobreviventes pautou o segundo debate promovido pelo CFP. Na oportuni-

dade, a doutora em Psicologia, Lúcia Cecília da Silva, trouxe dados da OMS, apontando que para cada suicídio, de cinco a 10 pessoas sofrem graves consequências psicológicas, sociais, econômicas e emocionais advindas do ato. “Nos vários contextos da vida cotidiana, vamos encontrar vidas abaladas em função desse fenômeno que vem aumentando em nossa sociedade”, disse.

Segundo a psicóloga, lidar com o luto da família já é uma forma de prevenção. “É sabido que os jovens, os adolescentes e as crianças são muito mais suscetíveis ao suicídio cometido por alguém próximo. Lidar, acolher, trabalhar com esse luto da família é muito importante para prevenção”, ressaltou.

Para o doutor em Psicologia Clínica, Marcelo Tavares, professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB), o suicídio não é um evento singular, que ocorre repentinamente. “É resultado de anos de sofrimento, em geral, pessoas que cometem suicídio já tentaram outras vezes. Aquilo que emerge como tentativa é indicador de um sintoma muito maior, um grito de socorro”, apontou.

O interesse da categoria e a importância do tema levaram o CFP preparar uma publicação com a transcrição dos dois debates. O objetivo é servir de referência para a atuação de psicólogas(os) que atuam na área. A publicação estará em breve disponível no site do CFP. Confira!

Psicologia reflete sobre trabalho com povos indígenas

Encontro realizado no Mato Grosso do Sul reuniu 1 mil pessoas e construiu propostas para ação dos Conselhos e para a Conferência Nacional de Saúde Indígena

A atuação da Psicologia em questões da terra ainda é recente, mas tem se expandido nos últimos anos, principalmente na relação com as populações indígenas. O número de psicólogas(os) que atuam com essas comunidades é crescente e sua atuação revela questões de saúde mental peculiares. O Mato Grosso do Sul – segundo maior estado em concentração de indígenas no

país, atrás apenas do Amazonas – foi palco, em agosto deste ano, do I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e contou com uma novidade: a presença de psicólogos(as) e estudantes de Psicologia indígenas.

É o caso do psicólogo guarani-kaioiwá Walter Martins, colaborador do GT Psicologia e Povos Indígenas do Conselho Regional de Mato Grosso do Sul (CRP-14) e palestrante no



I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos realizado pelo CFP

evento. Como muitos indígenas, Martins teve uma história marcada por preconceitos, lutas e limitações materiais. Dela, veio a vontade de cursar Psicologia: “Sempre acreditei que as pessoas têm um poder escondido que precisa ser desenvolvido e pensei que, fazendo Psicologia, poderia contribuir com isso, mostrar que não devemos ser o que a sociedade nos impõe”.

O trabalho com as comunidades indígenas ainda é visto, segundo Martins, pela lógica da dominação. “As diferenças têm de ser reconhecidas para somar e contribuir, e não serem consideradas como uma barreira”, defende. Mas, apesar de os povos indígenas viverem em um contexto complexo e rodeado por forças externas que os afetam, a responsabilização dessas populações não pode ser deixada de lado, acredita o psicólogo.

A opinião é reafirmada pela psicóloga Aline Feltrin, que trabalha na Secretaria Especial de Saúde Indígena, no Polo Base de Caarapó/MS. Segundo ela, uma das alternativas - apontadas em reunião recente com a Fundação Nacional do Índio - para reduzir o consumo abusivo de álcool na região foi trabalhar a sustentabilidade e a agricultura. Ela destaca que os problemas enfrentados pelos indígenas vão além das questões da terra. “É uma população que vem sendo oprimida há muito tempo, e quando nos aproximamos sentimos um clima de tensão e conflito. Isso causa o vício e o uso abusivo de substâncias”, acredita.

A também psicóloga Elizeti Moreira, da etnia terena, fez sua monografia sobre o uso abusivo de álcool por adolescentes e concordou que o fortalecimento de vínculos é um dos pontos a serem trabalhados pelas(os) psicólogas(os), principalmente por meio da prevenção, já que famílias vulneráveis geram violência e, consequentemente, abrem portas para as drogas e o álcool.

Ela destaca que o fato de ser terena facilita bastante o atendimento em seu trabalho no Centro de Referência em Assistência Social (Cras) - primeiro Cras indígena do Brasil, na aldeia Bororó, no Mato Grosso do Sul. Outro problema recorrente, que Elizeti observa em seu trabalho com mulheres que têm filhos de 0 a 6 anos, está nos abusos sexuais, dentro e fora das aldeias.

➤ Conferência Nacional de Saúde Indígena

O I Encontro Nacional reuniu mais de mil participantes durante três dias e deu origem a quase 50 propostas, construídas pelos palestrantes e participantes. Elas estão disponíveis no site do CFP e foram apresentadas na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada no período de 26 a 30 de novembro de 2013.

Foram indicadas, também, ações para os Conselhos de Psicologia, entre as quais estão a promoção de intercâmbio com profissionais de outras áreas; a regionalização de discussões; a

divulgação de experiências que psicólogas(os) estão desenvolvendo na saúde indígena; a capacitação de profissionais para melhor trabalharem com a cultura dessas populações; e atividades para estimular maior entendimento da sociedade, poder público e terceiro setor sobre o significado da terra para os povos indígenas.

A associação da terra com a saúde mental, ligada diretamente ao alto índice de suicídios, foi explicada por indígenas aos demais presentes no I Encontro Nacional. Segundo eles, ao serem obrigados a deixar seus territórios e perder o vínculo com a terra, inúmeras referências são perdidas. Para os guarani-kaiowá, os rituais espirituais, por exemplo, só podem ser feitos na terra em que seus ancestrais estão enterrados. “Sua importância não é vista como uma conquista, mas como algo com significado, que pertencia aos nossos antepassados”, relatou Walter Martins.

O coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro Paulo Bicalho, acredita que Psicologia e Direitos Humanos são indissociáveis e estes, por sua vez, não podem ser separados das questões da terra. “É importante refletir que não matamos apenas quando retiramos a vida, mas, fundamentalmente, quando retiramos dessas populações a possibilidade de existirem em sua relação com a terra”, afirmou.

Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em questões da terra

Pensar nas vulnerabilidades das populações, cuja vida é fortemente relacionada com a terra, é um dos desafios propostos à categoria no Documento de Referências Técnicas para Atuação dos(as) Psicólogos(as) relativas às Questões da Terra, produzido pelo Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (Crepop/CFP). A publicação foi lançada em debate online, realizado no dia 29 de agosto.

O documento foi criado com o objetivo de formar referências sólidas para a atuação do profissional na área, ainda pouco explorada pela categoria. O livro cita, por exemplo, o reduzido número de pesquisas sobre o tema quando comparado às pesquisas sobre a realidade urbana. Também aborda a atuação da Psicologia como necessária para a transformação social, com destaque para seu compromisso com setores historicamente marginalizados e excluídos da sociedade.

A importância da publicação, para o professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Jádere Ferreira Leite, está em possibilitar às (aos) psicólogas (os) reflexões sobre segmentos da sociedade que até então não eram contemplados pela Psicologia. “Ao nos inserirmos neste espaço de discussão tão com-



Guaranis-kaiowás presentes no I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos

plexo que é o mundo rural brasileiro, é inevitável a reflexão sobre os processos históricos, políticos e econômicos que se deram no nosso país,

para que possamos ter uma atuação mais qualificada e desvelar a subjetividade da grande trama de atores que vive no meio rural”, avalia.

Crianças, Adolescentes e o Compromisso Social da Psicologia

Sandra Amorim – Conselheira do CFP

Considerando a situação peculiar de desenvolvimento em que se encontram as crianças e os adolescentes, diferentes pautas relacionadas à infância e à adolescência há muito merecem atenção especial e acompanhamento criterioso do Sistema Conselhos de Psicologia. Desde a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, a Psicologia brasileira tem sido cada vez mais convocada a colaborar na atenção a essa população e vem sendo reconhecida pelas importantes contribuições no campo das políticas públicas e sociais na área da saúde, educação, justiça, assistência social, trabalho, comunicação, emergências e desastres, direitos humanos, dentre outras.

Além de inúmeras ações do Sistema Conselhos, vinculadas diretamente ao exercício profissional, nos últimos anos, contata-se a ampliação da participação social da Psicologia em Conselhos de Direitos, Fóruns e Redes, protagonizando a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, com vistas ao seu desenvolvimento saudável. Entendemos se tratar de um compromisso ético da Psicologia, considerando ser uma ciência e profissão que oferece subsídios para a compreensão

do desenvolvimento humano. Não colocar os saberes da Psicologia à disposição da sociedade seria contribuir para legitimar modos de pensar e formas de intervenção que violam direitos.

Reconhecemos, hoje, na sociedade brasileira, inúmeras situações que podem ser identificadas como riscos às crianças e aos adolescentes, isto é, ao futuro do país. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), cumprindo seu compromisso social, não tem se omitido e tem, insistentemente, convocado as(os) psicólogas(os) a refletirem sobre suas práticas em contextos nos quais a violação dos direitos pode ser identificada de forma explícita ou subliminar. Entendemos que a atuação profissional deve ter como força motriz a ética, obviamente associada a uma sólida formação teórica e técnica. Há que se refletir, sobretudo, sobre o papel do profissional “passivo” (construído historicamente), no qual o psicólogo se omite, muitas vezes, por entender que deve intervir apenas quando solicitado. Ocorre que a omissão, diante de violação de direitos, configura-se como falta ética.

Por meio de inúmeras resoluções, campanhas, publicações, notas, pareceres, participações em audiências públicas, o CFP tem apresentado as

contribuições da ciência e profissão e orientado a atuação profissional. Não se trata de impor teorias ou valores, mas de fazer cumprir o que preconiza o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o ECA e a Constituição Federal, que colocam claramente a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Indiscutivelmente, apesar do avanço nas leis, hoje podemos falar em problemas na atenção de crianças e adolescentes, que podem ser constatados, por exemplo: na excessiva medicalização, em nome do cuidado; na “culpabilização” de adolescentes autores de atos infracionais, colocando-os como únicos responsáveis pelo seu desenvolvimento e consequente comportamento; na inquirição de crianças, colocadas como objetos de produção de provas em processos judiciais, sob o argumento de garantia do direito de se expressarem; na lógica capitalista, que induz crianças e adolescentes ao consumismo exacerbado; na discussão sobre a violência nas escolas, sem haver, muitas vezes, a análise da questão em toda sua complexidade; na banalização da violência física, sob argumento de educação; nos recorrentes mecanismos de exclusão social de

crianças negras e indígenas; nas situações de adoção ilegal; no abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; etc. Poderíamos citar, ainda, dezenas de situações que se apresentam na nossa sociedade e que têm gerado “soluções” que, no entendimento do CFP, são muitas vezes questionáveis, visto não considerarem a ciência, a articulação dos diferentes saberes e nem o diálogo interprofissional.

Projetos de leis e outros dispositivos têm expressado os retrocessos. Esse cenário tem provocado respostas do Sistema Conselhos de Psicologia que nem sempre são compreendidas, mas que são criticadas como, por exemplo, a discussão sobre a redução da maioridade penal ou da inquirição de crianças no Sistema de Justiça.

Ressaltamos que as contribuições da Psicologia são re-

conhecidas desde a elaboração do ECA, do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, além de outros marcos legais e normativos ligados à infância e adolescência. Isso expressa a responsabilidade de uma ciência e uma profissão que se mantém crítica e reflexiva, aliada com o compromisso social.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES RECENTES DO CFP (2013):

* Membro efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Participação em reuniões mensais e grupos de trabalho.

* Membro do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (FNDCA). Participação em reuniões mensais.

* Compõe a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) com o objetivo de fomentar a articulação de políticas públicas de atenção e promoção dos direitos da criança de 0 a 6 anos.

* Reunião com Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF/SDH/PR – para discutir a atuação dos profissionais no âmbito da aplicação da Convenção de Haia de 1980, que trata sobre o sequestro civil de crianças e adolescentes, com ênfase nos vínculos familiares.

* Reunião com Ministério da Saúde – Área Técnica da Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, foco no atendimento à saúde mental de adolescentes autores de atos infracionais e redução da maioridade penal.

* Criação do hotsite <http://criancaeadolescente.cfp.org.br>.

* Criação do Fórum Virtual “Psicologia no Sistema Socioeducativo”.

* Inúmeras atividades parlamentares relacionadas à infância e à adolescência, com destaque aos temas: violência sexual, consumismo, maioridade penal, medicalização, entre outros.

* Publicação da cartilha “Socioeducação não se faz com prisão” (disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Redu%C3%A7%C3%A3o-da-Maioridade-Penal-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-se-faz-com-pris%C3%A3o-27.08.pdf>).

Categoria envolvida na regulamentação do exercício profissional

Desde 2006, quando foi criado, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) mostrou-se um importante instrumento para aproximar os conselhos Federal e regionais do cotidiano das psicólogas e psicólogos, oferecendo referências técnicas para atuação nas diversas políticas públicas.

Com 22 pesquisas realizadas, o Crepop é uma ferramenta importante para auxiliar a orientação e regulamentação do exercício profissional em âmbitos diversificados, como a política de esportes, assistência so-

cial, saúde, educação, entre outras.

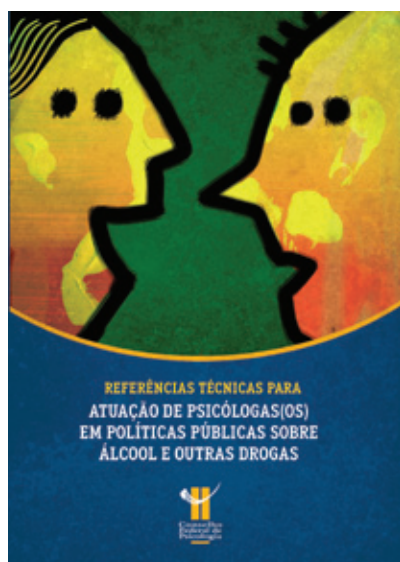
Com uma metodologia participativa e descentralizada, a iniciativa promove momentos de participação direta dos profissionais envolvidos com a área pesquisada, inicialmente, na coleta de dados e, depois, na validação da sistematização da pesquisa, em uma fase de consulta pública, aberta a toda a categoria.

“Esse reconhecimento que envolve a produção é bastante dinâmico e propicia a aproximação do profissional de determinada política ao Sistema Conselhos, além de auxiliar na construção das orientações que

regulam o exercício profissional”, enfatizou Monalisa Barros, tesoureira e conselheira federal.

Para Monalisa, as iniciativas do Crepop retratam, de fato, a capacidade que o Sistema Conselhos tem de produzir referências técnicas que abordem não só o exercício, mas também orientem os novos profissionais que queiram entrar em determinada área ou política pública.

Já a conselheira federal Márcia Mansur acredita que os documentos publicados promovem, além da informação, reflexão, apropriação de conhecimentos e trocas entre os pro-



fissionais que atuam nas políticas públicas, contribuindo para o desempenho não só das(os) psicólogas(os), mas também de outras categorias que trabalham em conjunto com a Psicologia.

“O Crepop também tem sido uma ferramenta importante para a formação de estudantes, servindo ainda como fonte de dados para pesquisas secundárias em diversos níveis”, destacou Mansur.

Para Márcia, as publicações que mais se destacaram foram *Como os psicólogos e psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*” e *“Como a Psicologia pode contribuir nos avanços do Sistema Único de Saúde (SUS)*, ambas voltadas para gestores da política de Saúde e Assistência Social.

“O documento foi apresentado aos gestores, proporcionando uma aproximação importante do CFP em relação a esses setores, impactando também na incorporação e valorização das(os) psicólogas(os) na gestão e execução dessas políticas”, afirmou Márcia Mansur.

➤ **Continuidade:** A política de produção dos dados pelo Crepop, reformulada nos últimos anos, ainda não está totalmente concluída. “Isso vai demandar esforços da próxima gestão em fazê-la completamente implantada”, estimou Monalisa. “Os dados das pesquisas para elaboração das publicações do Crepop que temos hoje são bastante importantes e não devem ficar circunscritos no espaço apenas do Sistema Conselhos”, lembrou.

Até dezembro de 2013, as atividades do Crepop serão realizadas em quatro comissões criadas pelo CFP com objetivo de subsidiar as publicações: Comissão Hospitalar para Elaboração de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Serviços Hospitalares do SUS; Comissão do Centro de Referência de Assistência Social (Cras); Comissão de Diversidade; e Comissão de Esporte.

Além disso, as ações, até o final de 2013, incluem consultas públicas sobre Álcool e Outras Drogas; Educação Inclusiva; e Mobilidade, Transporte e Trânsito.

PUBLICAÇÕES

Próximas publicações (previstas) 2013

- Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas sobre álcool e outras drogas;

Documentos publicados

- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (Caps);
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência;
- Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica;
- Referências Técnicas sobre a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas);
- Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra;
- Relançamento do Documento de Orientações para Gestores do Sistema Único de Saúde;
- Metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

Consultas públicas abertas! Participe!

- Mobilidade, Transporte e Trânsito
- Relações Raciais (de 9 de dezembro a 9 de fevereiro)

A evolução na participação social

Inserção da Psicologia em espaços de construção de políticas públicas teve aumento expressivo na última década

A Psicologia passou por diversas transformações ao longo de seus 51 anos de regulamentação. Entre elas, está o aumento da presença nos espaços de criação e avaliação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs. Para a profissão, o engajamento nesses temas significa aumento das vagas de trabalho nas políticas públicas que vão sendo criadas, bem como a atuação efetiva em questões como tolerância, respeito à diversidade e inclusão social.

“A presença da Psicologia nos múltiplos espaços de participação da sociedade brasileira contribui para a construção e para a consolidação de políticas públicas capazes de contemplar nossa imensa diversidade, a partir de princípios que levem em conta os interesses públicos, a equidade social e a justa distribuição de renda”, ressalta a conselheira do Conselho



O CFP participou do III CONAPIR em novembro

Federal de Psicologia (CFP), Márcia Mansur. É com essa perspectiva que vem sendo construída a inserção da Psicologia nos espaços de formulação de políticas públicas – conselhos de direitos, fóruns e grupos de trabalho, câmaras e comitês temáticos, conferências nacionais, entre outros. Em 2002, o CFP estava presente em 13 desses espaços, sendo que hoje já faz parte de 70.

A maior parte das mudanças ocorreu paralelamente ao crescimento da democracia participativa no Brasil, como destaca a atual vice-presidente do Conselho Regional de São Paulo e ex-conselheira do CFP, Ermínia Ciliberti: “É interessante ver como a profissão caminhou junto com a democratização do país, desde

a promulgação da Constituição de 1988”, destacou.

Ciliberti apontou, com isso, a importância das(os) psicólogas(os) atuarem como protagonistas na implementação das políticas públicas e, dessa forma, incentivarem as(os) usuários dos serviços públicos a participarem também desses espaços. “Com essa participação pode ser trabalhado o empoderamento e a construção, na prática, de noções de direito, cidadania, autonomia e ampliação de horizontes entre estes cidadãos”, afirmou.

Para o representante do CFP no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Paulo Endo, o aumento de assentos da Psicologia em instâncias participativas deve ser visto como uma conquista da



categoria e fundamental na consolidação dos direitos civis e humanos no Brasil.

Endo destacou, assim como Erminia, a necessidade de garantir a participação da sociedade civil de forma preponderante e articulada nas instâncias democráticas. “A composição dos comitês e conselhos deve ser rigorosamente fiscalizada pelos seus membros, para que a sociedade tenha voz e participação determinante e ativa dentro deles”, defendeu. De acordo com a Secretaria Nacional de Articulação Social, são reconhecidos como conselhos nacionais de direitos apenas aqueles que contam com a participação da sociedade. Atualmente, existem 35 deles no Brasil, dos quais oito contam com a representação do CFP (veja tabela).

➤ **Conferências:** Assim como os conselhos, as conferências são espaços importantes para a formulação de políticas públicas. “A ideia é que sejam espaços deliberativos e que aquilo que se define seja colocado em prática e levado em conta, com prioridade, nas ações governamentais”, frisou a conselheira do CFP, Márcia Mansur. Segundo ela, um dos maiores desafios é estimular o envolvimento da população nos debates.

Mansur ressaltou ainda que a efetividade dos mecanismos de participação, como é o caso das conferências, só existe quando as deliberações resultantes dos encontros são efetivadas. “Antes de fazer uma nova conferência, o governo deve estudar as deliberações e co-

locar em ação o que foi discutido pelos diversos setores. É um instrumento que não pode ser banalizado”, avalia.

De acordo com publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada “A que vieram as conferências”, de 2012, importantes deliberações se tornaram políticas de governo, mas muitas não foram efetivadas. “O desafio analítico, portanto, é entender a influência que as conferências têm sobre o governo”, concluem os analistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que também comentam pesquisa feita com participantes de conferências. Apenas 5,6% dos respondentes acreditam que as deliberações são sempre aplicadas pelo governo. “Assim, o que se pode afirmar é que existe, na percepção dos participantes de conferências, a impressão de que o encaminhamento das propostas aprovadas não constitui um processo quase automático, como foi o caso em outras experiências participativas, como o orçamento participativo”.

Segundo dados do Ipea, de 2003 a 2012, foram realizadas 87 conferências, que reuniram mais de sete milhões de pessoas. Desde 2008, o CFP participou de 18 conferências, levando contribuições da Psicologia para a construção de políticas públicas para as mais diversas áreas.

Neste ano, o CFP está presente na V Conferência Nacional de Saúde Indígena, na IX Conferência Nacional de Assistência Social, na III Conferência Nacional de Promoção e Igualdade Racial, na V Con-

ferência Nacional das Cidades e na II Conferência Nacional de Segurança Pública.

➤ **Política Nacional de Participação Social:** Está sendo debatida, por iniciativa do governo federal, a implementação de uma Política Nacional de Participação Social, com objetivo de fortalecer a estrutura para a democracia participativa no país e que será instituída por meio de um decreto da Presidência da República.

Segundo o Coordenador de Mecanismos Formais de Participação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República, Marcelo Mendonça, a intenção é institucionalizar a participação social como direito do cidadão, que está expresso na Constituição Federal. “Pretendemos transformar a participação social em política de estado”, afirmou, durante o ciclo de debates proteção e defesa civil, realizado nos dias 23 e 24 de setembro, em Brasília.

Presença do CFP

- Conselhos: 8
- Comissões: 15
- Comitês: 5
- Câmaras: 10
- Grupos de Trabalho: 9
- Subgrupo de Trabalho: 1
- Fóruns: 11
- Frentes: 3
- Rede: 1
- Representações externas (diferentes de câmaras, conselhos, comitês...): 7

Psicologia da América Latina reúne-se no V Congresso da Ulapsi

Evento promoverá intercâmbio de práticas e saberes da Psicologia Latino-Americana

Com o objetivo de propiciar espaços de reflexão entre diferentes atores sobre as práticas e saberes da Psicologia na América Latina será realizado, de 14 a 17 de maio de 2014, em Antígua, na Guatemala, o V Congresso Latino-Americano de Psicologia da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi). Mesas de debates, palestras, oficinas, apresentações de livros e trabalhos, encontros institucionais e atividades culturais são algumas das atividades que irão compor o evento.

“A expectativa é que este Congresso seja mais um passo na consolidação de nossa Ulapsi, a partir da potencialização da Psicologia latino-americana e do desenvolvimento de ações que visem responder às demandas de nossos povos”, acredita a representante do Brasil na Ulapsi e conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06), psicóloga Adriana Eiko.

A conselheira aguarda, nesta edição, uma maior participação dos diferentes países que compõem a Ulapsi. “Com isso, poderemos alçar novos voos e projetos na América Latina”, pensa Eiko.

O integrante do Comitê Gestor do Congresso, o psicólogo guatemalteco Juan Cristobal Aldana, também espera que o V Congresso contribua para a inserção de todos os países da Organização dos Estados Centro-Americanos (composta por Guatemala, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Nicarágua) na Ulapsi. “Espero ver, ainda, discussões sobre a presença das(os) psicólogas(os) da América Latina – nas instituições públicas e privadas – sobre temas relevantes, como violência e saúde pública, defesa de nossas práticas e conhecimentos, além do fortalecimento de nossas organizações em seu compromisso com os povos latino-americanos”, afirmou.

Ainda entre os projetos em curso para melhorar a integração da Psicologia latino-americana, está, segundo Adriana Eiko, a possibilidade de potencializar os intercâmbios a partir da construção de uma mostra itinerante, um desdobramento da Praça da América Latina, que foi realizada



na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e que continha exposições de trabalhos de psicólogas(os) dos países que integram a Ulapsi.

>Temas: Sete eixos temáticos serão discutidos nas mesas do V Congresso, abordando, por exemplo, as práticas, direitos e formação das(os) psicólogas(os) na América Latina. São eles: “A construção do conhecimento na Psicologia da América Latina”; “Povos da América Latina e práticas da Psicologia”; “Direitos Sociais e Humanos nos países da América Latina”; “O Psíquico, uma explicação multi e transdisciplinar e seus espaços de intervenção”; “As práticas institucionais da Psicologia na América Latina”; “Formação e especialização do psicólogo na América Latina”; e “Organização dos psicólogos e sua incidência na sociedade da América Latina”.

Inscrições abertas até 15 de dezembro

Serviço: Inscrições e informações: <http://ulapsi.org/vulapsi/>

Preços: O valor para profissionais é de U\$ 70,00 e para estudantes é de U\$ 20,00. Para as(os) brasileiras(os), o pagamento será via depósito ou boleto bancário.

Mais informações: vulapsi@ulapsi.org / dudascongreso@ulapsi.org ou pelos telefones + 55 11 3088-3270 / +502 4015-9552.

Gestão 2013-2015 apresenta objetivos para os próximos dois anos

Diretoria tomou posse em setembro, durante IX Encontro nacional

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) comemorou 14 anos de existência, durante o seu IX Encontro Nacional “Desafios Contemporâneos para a Formação em Psicologia”, em Curitiba, de 05 a 07 de setembro de 2013.

A expressividade do IX Encontro, com a participação ativa de estudantes, professores, coordenadores de curso, pesquisadores e profissionais, reafirma e consolida a Abep

como espaço institucional na interlocução entre Instituições de Ensino Superior, poder Público e sociedade, rumo à contínua qualificação do ensino e da formação em Psicologia.

No evento foi realizado processo eleitoral para a nova gestão da Abep, período de 2013 a 2015. A diretoria eleita foi empossada na Assembleia Geral, durante o Encontro, e a presidência será exercida pela professora Ângela Soligo.

A nova gestão reafirma a continuidade das ações e compromissos da entidade, que objetivam o avanço e a permanente qualificação do ensino e da formação em Psicologia no Brasil e na América Latina. O trabalho baseia-se nos princípios da promoção de justiça, da garantia de direitos humanos, do bem-estar social, do respeito à diversidade e às diferenças e na construção de uma sociedade mais justa e humana para todos.

Em consonância com os princípios citados, a nova Diretoria apresenta os objetivos da ABEP, para os próximos dois anos:

- Continuar ampliando a representatividade da Abep, como interlocutora e articuladora do debate da formação e ensino;
- Dar sequência, de forma ética, no acompanhamento dos processos de implantação das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia;
- Aprofundar a discussão sobre formas de operacionalizar a implantação das novas diretrizes, tanto no que se refere à organização dos currículos como às condições dos estágios obrigatórios;
- Apreçar e compartilhar, com coordenadores, professores e alunos de Psicologia, as distintas modulações e experiências curriculares, na direção da consolidação de projetos que reforcem a valorização da profissão, apontando as múltiplas possibilidades de inserção do psicólogo na vida social e no mundo do trabalho, de modo a favorecer processos de avaliação da formação em Psicologia no cenário nacional;
- Promover reflexões sobre o ensino de Psicologia em outros cursos de bacharelado e licenciatura do país, visando ao compartilhamento de conhecimentos e experiências, à construção coletiva de referências, que reforcem a importância do olhar psi nos diversos campos do saber, a partir de uma Psicologia que se reconstrói e desenvolve continuamente;
- Provocar discussões sobre as políticas atuais de formação à distância, na busca de princípios consensuais e limites para o ensino de graduação, bem como de parâmetros para outras experiências de formação;
- Acompanhar os processos de avaliação dos cursos de Psicologia pelas instâncias oficiais, contribuindo para o aperfeiçoamento da política de avaliação por meio do SINAES;
- Dar continuidade às discussões sobre a interlocução entre a formação e a atuação do psicólogo em políticas públicas com vistas a fortalecer sua presença na formação em Psicologia;
- Incentivar o desenvolvimento da formação para o trabalho transdisciplinar e intersetorial;
- Tomar a pesquisa como atividade essencial da formação em Psicologia;
- Manter atenção e interferir para que as condições de trabalho docente garantam formação de qualidade.

Processos éticos

1. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 396/13– ORIGEM: CRP-06

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias;

DECISÃO CFP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATOR: CELSO FRANCISCO TONDIN

2. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2001/12– ORIGEM: CRP-08

CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região que decidiu aplicar a pena de Cassação do Exercício Profissional. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional;

DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN

RELATORA: HELOIZA HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARO

3. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2266/12– ORIGEM: CRP-12

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 12ª região que decidiu aplicar a pena de advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência;

DECISÃO CFP: Advertência;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ADRIANA EIKO MATSUMOTO

4. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2432/12– ORIGEM: CRP-06

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Censura pública. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública;

DECISÃO CFP: Censura Pública;

DATA DO JULGAMENTO: 26/04/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA: CYNTHIA REJANE CORRÊA ARAÚJO CIARALLO

5. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2670/12– ORIGEM: CRP-06

INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ÉTICO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Instauração do Processo Ético;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: HELOIZA HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARO

6. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2677/12– ORIGEM: CRP-06

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Censura Pública. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública;

DECISÃO CFP: Censura Pública;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATORA: SANDRA MARIA FRANCISCO DE AMORIM

7. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2720/12– ORIGEM: CRP-14

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 14ª região que após a instrução processual, em sede de julgamento, decidiu arquivar o processo ético. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Advertência;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATORA: ROSELI GOFFMAN

8. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2947/12– ORIGEM: CRP-09

INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ÉTICO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 09ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Instauração do processo ético;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ROSELI GOFFMAN

9. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3146/12– ORIGEM: CRP-05

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30(TRINTA) DIAS.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 05ª região que decidiu aplicar a pena de suspensão do exercício profissional por trinta dias. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30(trinta) dias;

DECISÃO CFP: Suspensão do Exercício Profissional por 30(trinta) dias;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATOR: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

10. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3308/12– ORIGEM: CRP-08

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Advertência;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: CYNTHIA REJANNE CORRÊA ARAÚJO CIARALLO

11. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3314/12– ORIGEM: CRP-09

CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 09ª re-

gião que decidiu aplicar a pena de cassação do exercício profissional. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP Cassação do Exercício Profissional;

DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS

REVISORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

12. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3348/12– ORIGEM: CRP-08

ARQUIVAR

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região que decidiu aplicar a pena de ADVERTÊNCIA. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: ADVERTÊNCIA;

DECISÃO CFP: ARQUIVAR;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATOR: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA RODRIGUES

REVISOR: CELSO FRANCISCO TONDIN

13. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3565/12– ORIGEM: CRP-06

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Censura Pública. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública;

DECISÃO CFP: Censura Pública;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS

14. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3622/12– ORIGEM: CRP-08

CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região que decidiu aplicar a pena de Censura Pública. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública;

DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATOR: CELSO FRANCISCO TONDIN

15. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3623/12– ORIGEM: CRP-08

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região que decidiu pelo arquivamento do processo ético. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Arquivamento;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: MONALISA NASCIMENTO DOS

SANTOS BARROS

16. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3735/12– ORIGEM: CRP-06

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu pelo arquivamento do processo ético. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Arquivamento;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: MARILDA CASTELAR

17. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3772/12– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de advertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência;

DECISÃO CFP: Advertência;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: TANIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO

18. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 4318/12– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de Advertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência;

DECISÃO CFP: Advertência;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATORA: MONALISA NASCIMENTO DOS

SANTOS BARROS

19. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 4629/12– ORIGEM: CRP-03

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30(TRINTA) DIAS

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 03ª região que decidiu aplicar a pena de suspensão do exercício profissional por 30(trinta) dias. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Suspensão do exercício profissional por 30(trinta) dias;

DECISÃO CFP: Suspensão do exercício profissional por 30(trinta) dias;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

RELATOR: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

20. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 4692/12– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região que decidiu aplicar a pena de ADVERTÊNCIA. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: ADVERTÊNCIA;

DECISÃO CFP: ADVERTÊNCIA;

DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

RELATOR: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA

RODRIGUES

21. PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 4693/12– ORIGEM: CRP-07

CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 07ª região que decidiu aplicar a pena de cassação do exercício profissional. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional;

DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional;

DATA DO JULGAMENTO: 25/07/2013

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ROSELI GOFFMAN



Agenda: DEZEMBRO de 2013

13 – 14/12/2013

Psicopatologia infantil

www.terapiafamiliar.med.br

(11) 3721-2890

São Paulo, SP

ipebj@ipebj.com.br

www.ipebj.com.br

(16) 3624-1724

Sede IPEBJ – Av. Senador César Vergueiro,
505, sl. 16 Ribeirão Preto – São Paulo – Brasil

14/12/2013 – 20h

Posse do XVI Plenário do CFP

Kubitschek Plaza Hotel

Auditório Minas Gerais

SHN Quadra 2, Bloco E

Brasília – DF

29/03/2014 – 27/02/2016

Especialização em Psicologia Corporal

centroreichiano@centroreichiano.com.br

www.centroreichiano.com.br

(41) 3263-4895

Av. Pref. Omar Sabbag, 628 – Jd. Botânico –
Curitiba/PR

14/12/2013

Curso de Atualização Psicologia na Oncologia

webmaster@einstein.br

(11) 2151-1001

São Paulo, SP

30/04/2014 – 03/05/2014

19º Congresso Brasileiro de Psicodrama

comunicacao@cbpfebrap.com.br

<http://www.cbpfebrap.com.br/index.php>

(41) 3333-8564

Av. das Cataratas, Km 10 – Foz do Iguaçu – PR
– Brasil

21/02/2014 – 21/02/2016

Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Psicologia Jurídica

14/05/2014 a 17/05/2014

V Congresso Latino-americano de Psicologia da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi)

Inscrições: <http://ulapsi.org/vulapsi/>

Mais informações: vulapsi@ulapsi.org / dudascongreso@ulapsi.org ou pelos telefones (55) (11) 3088-3270 / (502) 4015-9552.

19/11/2014 a 23/11/2014

IV CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO (CBP)

UNINOVE – Campus Memorial, Av. Dr. Adolfo Pinto, 109 – Barra Funda São Paulo

<http://www.cienciaeprofissao.com.br/>

Psicóloga/o: Para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em www.cfp.org.br